

## FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E A PERTINÊNCIA DE CURSOS: EM BUSCA DE SABERES REFLEXIVOS.

Wladimir Geovanne dos Santos Duarte<sup>1</sup>

Aymêe da Silva Gadelha<sup>2</sup>

Emanuela de Freitas Duarte<sup>3</sup>

Maria Lidiane Agostinho de Menezes<sup>4</sup>

### RESUMO

O trabalho apresentado visa refletir sobre o conceito de formação de professores e destacar algumas reformas significativas contemplando os aspectos históricos da formação de professores da educação básica no Brasil, as políticas públicas e os desafios na busca para o aperfeiçoamento dos docentes e aportes teóricos que suscitam mudanças reafirmando o papel do professor. Nessas discussões podemos e devemos refletir sobre adequação da política de formação de professores na busca para entender suas limitações e identificar desafios e conquistas nas combinações teoria e prática. Para isso, a pesquisa desenvolve-se numa abordagem bibliográfica, a partir das orientações legais. Dentre os diversos autores na área de formação de professores mencionamos, como: Alarcão (2001), Gatti (2009), Libâneo (2004), Pimenta (2009) entre outros. Por fim, são notórios os crescentes investimentos dos últimos anos na formação inicial, assim como adesão de cursos, palestras, treinamentos, dentre outras ações que ampliam a educação continuada e seus benefícios, mas é importante lembrar que tais ofertas só tem sentido de existir, mediante opção de pensamento em postura focada, a contribuir ativamente, fazendo o docente perceber que o conhecimento é imutável, contínuo e sempre necessário, compreendendo que as formas continuadas das qualificações estão para além dos cursos programados. As sucessivas mudanças e reformas nas políticas públicas da educação brasileira evidenciam a fragilidade do discurso na formação de professores para a prática cotidiana.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Formação de Professores, Formação Inicial.

### INTRODUÇÃO

Não é recente o problema da formação de professores tanto inicial como continuada, na qual as dificuldades e fragilidades tem uma trajetória histórica na ocorrência dessas mudanças para implantação das políticas públicas, que tem sido foco de discussões tanto no Brasil como no mundo, propondo uma renovação do conhecimento argumentando teórico-conceitual, crítico-reflexivo para garantir o aperfeiçoamento profissional.

Para Gatti (2009, p.60) o assunto dos cursos de formação no Brasil está relacionado com o discurso da necessidade constante de atualização e de renovação, difundido pela sociedade contemporânea, com a precariedade em que se encontram os cursos de formação em nível de graduação; e com as condições e aprovações surgidas a partir da promulgação da

---

1 Professor da SEEC/RN (12º DIREC), [wladimirgeovanne92@gmail.com](mailto:wladimirgeovanne92@gmail.com);

2 Professora da SEEC/RN (12º DIREC), [aymeegadelha@yahoo.com.br](mailto:aymeegadelha@yahoo.com.br);

3 Professora da SEEC/RN (12º DIREC), [emanuelafd30@gmail.com](mailto:emanuelafd30@gmail.com);

4 Professora da Prefeitura Municipal de Mossoró/RN, [marialidiane4@hotmail.com](mailto:marialidiane4@hotmail.com);

LDB 9.394/96, que cria em seu art. 80 a obrigatoriedade do poder público em incentivar e oferecer cursos de formação continuada para professores.

O debate no Brasil sobre formação de professores é amplo e veio a ser intensificado na década de 1980. Não sendo essa uma discussão atual que tem início em 1822 com as críticas de Rui Barbosa ao ensino superior brasileiro da época, e só a partir da criação dos cursos específicos e com a aprovação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, no entanto é com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996 que houve um período de transição, e as Diretrizes Curriculares Nacionais em abril de 2002, Política Nacional de Formação de Professores (Decreto nº 6.755/2009), que surge como organização para garantir os direitos de aperfeiçoamento profissional.

Segundo Alarcão, (2001, p.25) “se a escola como instituição não quiser estagnar, deve interagir com as transformações ocorridas no mundo e no ambiente que a rodeia”. Para Tardif (2011), os saberes e práticas docentes são os pontos de partidas e de chegada para a construção do “ofício de ser professor”. Saberes esses que se iniciam no colegial, tomam forma a partir de exemplos da vida social, acadêmica, estágios e parcerias que se tem vital importância nos primeiros anos de docência, para a construção do docente.

Para isso, serão necessárias transformações a partir de um processo de formação continuada com implantação de políticas adequadas combinando teoria e prática, pois essas passam por um campo contraditório quanto aos desafios enfrentados para sua aplicabilidade. Temos um cenário que evidencia influências anteriores a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), apontados dentro de uma vasta discussão teórica, destacando a insatisfação de concretude da práxis desejada. Nesse processo é preciso que vincule conhecimentos teóricos com os desafios da prática, para que o professor reflita sobre sua formação, a qual não se faz individual.

Na percepção de Facci (2004, p.230), descreve o ensino como experiência transmitida ao indivíduo e o conteúdo elaborado pelo professor transcende, pelo fato de criar “informações” evolutivas decorrentes dos novos avanços qualitativos. Para tal alcance torna-se necessário uma qualificada percepção construtiva de planejamento, associativa e curricular alicerçada em referencial teórico substancial. Entender qual momento, o que falta, como ocorre a deficiência que impede transmitir qualitativamente o que foi aprendido na formação.

A cada dia cresce o termo “qualidade da educação”, assim como o pensamento sobre como estão às escolas e a quanto caminha a formação inicial e continuada que possuem nossos docentes, bem como que saberes e práticas estão sendo construídas e reformuladas.

Logo, podemos constatar que teoria e prática dissociados dos saberes docentes implica na fragilidade sobre as práticas pedagógicas, de uma postura não crítica, que não propiciam uma transformação, uma construção, ou seja, reproduzem conhecimentos descontextualizado.

Para tal, selecionamos material publicado a respeito do tema desenvolvendo assim uma pesquisa bibliográfica, organizando em duas seções: o primeiro nos faz refletir sobre o conceito de formação de professores e o segundo mostra uma abordagem histórica da formação de professores no Brasil.

Porém, a proposta dessa pesquisa visa favorecer novos estudos sobre cada etapa da formação inicial e continuada de professores, considerando a efetivação das políticas públicas para que supere os obstáculos postos no processo formativo desses profissionais, isso sem querer esgotar o tema, entendendo ser esse um campo de discussões muito amplo, no qual é preciso superar as necessidades e deficiências desenvolvendo a consciência crítica do docente com base nas revisões teóricas observando a legislação como elementos históricos que auxiliam nas mudanças profissionais.

## **METODOLOGIA**

O processo metodológico far-se-á a partir de leituras de artigos e textos sobre formação de professores, onde passo a compreender a evolução do processo histórico, bem como, das políticas públicas e das reflexões sobre essa temática.

A reflexão teórica proveniente da pesquisa bibliográfica oportuniza uma base sólida que proporciona a devida fundamentação acerca do tema proposto a ser investigado no campo empírico, caracterizando-se, desta forma, como uma etapa fundamental à investigação, podendo apresentar resultados parciais, mas, ao mesmo tempo, conclusivos, no que se refere ao levantamento das produções acerca do tema.

## **REFLETINDO SOBRE O CONCEITO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Existem vários conceitos referentes à descrição da formação de professores com base nos dias atuais no âmbito acadêmico, o que acaba levando a inúmeros debates na área da

educação relacionados à formação profissional. De acordo com o dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, a definição de “formação” vem do latim “formatione” que se titula o ato de formar, construir, compor um processo no qual duas ou mais pessoas estão inclusas.

Segundo Libâneo (2004, p.227), “O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial se trata do ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados através de estágios. A formação continuada é a expansão da formação inicial, tendo em vista o aprimoramento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e a evolução de uma cultura geral mais abrangente, que vá além do exercício profissional”.

O profissional necessita ter consciência de que esse caminho deverá se encontrar em toda a sua vida de docência, tendo sua prática enriquecida, e possibilitando alterações ao longo de sua trajetória, aprimorando o seu currículo profissional e colaborando na formação de um indivíduo com estado mais crítico, criativo, capaz de ir buscar um futuro melhor, tendo assim uma melhor qualidade de vida.

O docente é um profissional que possui instruções para reencantar, despertando nos indivíduos a capacidade de se propor a mudar. Nessa questão, sabe-se que a formação do professor é algo indispensável para a prática educativa, a qual se estabelece o lócus de sua profissionalização cotidiana no campo escolar. Dessa maneira, entender a formação docente exige uma observação fundamental de que ser professor é ser um profissional que trabalha com a educação de pessoas.

Essa compreensão coloca o profissional de educação diante de um processo permanente de formação, em uma busca constante de conhecimento através dos processos que dão suporte à sua prática pedagógica e social. Assim, a educação é um processo de humanização e, como afirma Pimenta (2009), é um processo pela qual os seres humanos passam para serem inseridos na sociedade.

Medina e Dominguez (1989) mostram o sentido da discussão relacionado à reflexão na formação de professores, pois resulta no desenvolvimento de um estilo próprio de ensino dos docentes, e ainda, com uma imagem de um profissional inovador e moderno, comprometido com o contexto educativo coletivo de trabalho. Algumas imagens têm sido utilizadas para caracterização do professor, sustentada de diferentes modelos e teorias de ensino que, por sua vez, envolvem diferentes concepções de docentes.

Sabemos que os quatro aspectos que fundamentam a formação de professores: os professores como profissionais; as escolas; os alunos; o conteúdo de ensino, devem ser considerados na análise e estruturação de programas de formação continuada, mesmo quando estruturados no formato de cursos oferecidos por universidades, devendo estas organizarem ações formativas que considerem diretamente ou indiretamente esses aspectos.

Para García (1999), através de uma análise de diferentes pontos de vista e sentidos de conceito de formação de professores, adota-se a perspectiva que cogita a formação de professores como algo que se constitui de uma área de educação e questionamento, em que os docentes aprendem e desenvolvem sua competência profissional, operando, desta maneira, nas transformações da identidade e profissionalidade educacional.

Vai além de compreender a formação como alteração na capacidade profissional, entende-se que a formação também deve ser vista na perspectiva da transformação do ser humano. Assim, concordamos com Carvalho (2008), em sua análise sobre as diferenças entre o que aprendemos e o que nos afeta como seres humanos. Para este autor:

[...] a aprendizagem indica simplesmente que alguém veio saber algo que não sabia: uma informação, um conceito, uma capacidade. Mas não implica que esse 'algo novo' que se aprendeu nos transformou em um novo 'alguém'. E essa é uma característica forte do conceito de formação. A aprendizagem só é formativa na medida em que opera transformações na constituição daquele que aprende. É como se o conceito de formação indicasse a forma pela qual nossas aprendizagens e experiências nos constituem como um ser singular no mundo. (CARVALHO, 2008: p.1)

É importante ressaltar que a formação não produz, somente, novos conhecimentos sistemáticos. Mas ela permite ao docente a transformação enquanto sujeito social, ou seja, contribui para formação pessoal, trazendo mudanças no sujeito a qual está envolvido nesse processo, e o professor deve ter um olhar para essa questão e se permitir mudar, porque isso também favorece um elevado resultado em suas práticas pedagógicas.

## **UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL**

A discussão sobre formação de professores se intensifica nas últimas décadas, porém essa é uma preocupação que data do século XVII com Comenius, mas o primeiro estabelecimento destinado ao preparo específica na preparação de docentes foi o “Seminário

dos Mestres”, em Remis, fundado por São João Batista de La Salle em 1684. Entretanto o processo de valorização da instrução escolar tem início mais precisamente no final do século XVIII após a revolução Francesa, período em que foram criadas as escolas normais com a finalidade de formar professores.

Na história do Brasil Rui Barbosa já contribuía com suas críticas em torno dessa questão, ao ensino superior da época. Mas no parecer de 1882, explanava a necessidade de “[...] uma reforma completa dos métodos e dos mestres” (Ribeiro Junior, 2001, P.143). Em nível nacional, a formação docente configurou-se como preocupação dos poderes públicos de forma explícita após a independência, trazendo como ponto de partida as discussões a abertura e a organização da instrução popular.

Um remonte das mudanças ocorridas na história nacional trilham os séculos XIX e XX dividindo-se em períodos até os dias atuais.

**1827** – Foi promulgada a Lei das Escolas de Primeiras Letras. Durante todo o período colonial, com início dos colégios jesuíta, passando pelas aulas regias, implantadas pelas reformas pombalinas, até os cursos superiores criados por Dom João VI, em 1808; a formação de professores não aparecia como prioridade ou de forma clara na época. Em 15 de outubro de 1827 com a Lei das Escolas de Primeiras Letras no seu artigo 4 determinou-se que os professores deveriam ser treinados, às próprias custas, para o uso do método nas capitais das províncias brasileiras.

**1834** – O ensino primário passou a ser responsabilidade das províncias somente após a promulgação do Ato institucional de 1834. Foi aplicado o modelo europeu de Formação de professores com a criação das Escolas Normais. As primeiras foram na Bahia (1836), Mato Grosso (1842) e São Paulo (1846). Em geral, esperava-se que o professor tivesse total domínio do conteúdo que deveria transmitido em sala de aula.

**1890** – A instrução pública do estado de São Paulo foi reformada e além do enriquecimento dos conteúdos curriculares, foram acrescentados exercícios práticos de ensino em escolas experimentais a fim de preparar o professor para a realidade de sala de aula. Ao final do século XIX, as Escolas Normais que correspondiam ao nível secundário de então (hoje seria o final do Fundamental 2 e Ensino Médio) se consolidaram na formação de docentes da época. Esses profissionais seriam os professores do ensino primário.

**1924** – Foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) reunindo profissionais que acreditavam em novas propostas pedagógicas, em torno da bandeira da educação. Três anos depois, em 1927, aconteceu a primeira Conferência Nacional de Educação.

**1932** – Houve a reforma das Escolas Normais com a criação de Institutos de Educação que buscavam consolidar um modelo pedagógico-didático de Formação de professores. Refletiam uma nova fase cujos destaques são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.

**1939** – A partir do Decreto 1.190, a preocupação com Formação dos Professores foi direcionada das Escolas Normais para as Universidades que tiveram como modelo a Faculdade Nacional de Filosofia, dividida nos cursos de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. Os cursos de Licenciatura formavam os professores para diversas disciplinas do ensino secundário e os cursos de Pedagogia formavam os professores das Escolas Normais.

**1946** – Com o Decreto Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, conhecido como Lei orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946) o Ensino Normal foi reformulado mais uma vez, sendo dividido em dois ciclos: o ciclo ginásial (4 anos) possuía currículos centrados nas disciplinas de cultura geral e o ciclo colegial (3 anos) tinha como meta formar professores do ensino primário. Já os cursos de Licenciatura contemplavam primordialmente os conteúdos cognitivos. Infelizmente, os aspectos pedagógico-didáticos, ao invés de serem encarados como algo a ser assimilado na prática, foram tratados como conteúdo a ser transmitido aos futuros professores.

**1968** – Pela Lei n. 5.540, de 28/11/68 o congresso aprovou a Reforma Universitária, o objetivo central das universidades passou a ser de formar rapidamente profissionais para o mercado de trabalho. Neste período a educação sofre influências da tendência iluminista tecnicista, ajustes confirmava o poder coercitivo, do executivo sobre o legislativo, que marcam uma época conturbada para a educação.

**1971** – Modificações feitas com a Lei 5.692/71, alteram os ensinos primários e secundários passaram a ser denominados de Primeiro e Segundo graus, desaparecendo assim as Escolas Normais sendo substituída pela Habilitação Específica do Magistério.

**1982** – Os cursos de Licenciatura curta (3 anos de duração) formavam professores para as últimas séries do 1º e o 2º grau. Já o curso de Pedagogia era responsável pela formação de especialistas em educação para ocupar cargos como diretor, orientador educacional, supervisor e inspetor.

**1996** – Uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) criou Institutos de nível superior com uma formação de professores mais compacta como alternativa aos cursos de Pedagogia e Licenciatura.

**2002** – Foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores. A partir de então, o nível superior passou a ser condição obrigatória para professores da educação básica. Pode-se observar uma maior preocupação com o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais necessárias para a atuação docente. A aprendizagem do professor é marcada pelo princípio de ação-reflexão-ação e a prática deveria permear toda a formação docente.

**2007** – Criação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) com o propósito de valorizar o magistério e apoiar estudantes de licenciatura aproximando-os de escolas de educação básica para mais vivências práticas.

**2009** – Foi instituída a Política Nacional para a Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica com o intuito de fomentar programas de formação inicial e continuada de professores.

**2018** – É apresentada a Base Nacional Comum para a Formação de Professores de Educação Básica. A proposta é a de revisar as diretrizes dos cursos de Pedagogia e das Licenciaturas para imprimir um maior foco na prática da sala de aula.

A resumida história da formação de professores revela a constante dicotomia existente entre teoria e prática que tem perdurado diante dessa formação em nosso país. Em algumas situações, a formação de professores tinha como suporte o padrão de temáticas culturais cognitivos, em outros, o foco era no modelo pedagógico-didático. No entanto, como podemos perceber, houve avanços significativos, mas que todo docente precisa entender que a formação deve ser continuada, para que sua prática se aperfeiçoe a cada dia.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A formação inicial do professor é importante para a prática pedagógica, pois ela permite uma postura crítica-reflexiva diante de sua prática. A mesma deve ser diária, para que disponha de um aperfeiçoamento em sua ação docente, que promova um bem-estar na sala de aula, uma dinâmica nas aulas e, acima disso, resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem do aluno. Através da formação, os professores tiram suas dúvidas, trocam

experiências docentes, ampliam os conhecimentos nas temáticas discutidas e consequentemente aprimoram e inovam suas práticas pedagógicas.

A profissionalização docente deve ser exercida com qualificação e preparação para atuar efetivamente. Por isso, é importante compreender o perfil profissional, visando à prática pedagógica que venha contribuir na formação do cidadão. Para Arroyo (2000), ter um ofício representa um fazer qualificado de um coletivo de trabalhadores que possui identidade, história própria, preparo e formação específica, que desenvolve um corpo de saberes e tem reconhecimento social.

As contribuições da formação continuada de professores são inúmeras e possibilitam aos profissionais de educação aprimoramento do seu perfil profissional exigido para o mercado de trabalho, no que diz respeito à educação. Por ser a base inicial de uma educação de qualidade, faz-se necessário que os professores compreendam a relevância de se reciclar, buscando sempre atualização do contexto educacional, bem como das demandas e carências que educação exige.

Por fim, a formação continuada de professores possibilita a atualização de conhecimentos, troca de experiências profissionais e docentes aprimorando o fazer docente, entre outros. E, assim, oportunize uma ação docente que atenda a uma prática pedagógica, que obtenha resultados eficientes no processo de ensino-aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível que o perfil do profissional docente assuma uma postura de professor pesquisador, ou seja, que busquem em sua prática as reflexões necessárias para aprimorá-la e possibilitar um ensino de qualidade. Ou, além do mais, uma postura crítica-reflexiva, onde ela entenda a necessidade de refletir diariamente sobre sua prática ou planejamento, para que possa melhorar cada vez mais e alcançar êxito em seus resultados.

Conclui-se que educar é uma tarefa difícil, exigindo dos professores formação inicial, contínua e permanente atualização de temáticas, inovação de estratégias, reflexões sobre a prática pedagógica, que irão compor as competências e habilidades profissionais. O ato de planejar é necessário para subsidiar as práticas docentes facilitando o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa permitiu verificar que por meio da formação continuada é possível obter bons métodos inovadores, eficientes e efetivos nas práticas pedagógicas, visando desenvolvimento do processo educativo. Com isso, cabe aos professores realizarem diariamente as reflexões enfatizadas por Imbernón (2001): Para quem ensino? Como ensino? Por que ensino? Facilitará todo processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, o estudo possibilitou compreender que a formação inicial e continuada faz-se necessário, uma vez que ele é considerado o sujeito de um saber e de um fazer, colocando suas próprias ações e pensamentos à disposição da docência em busca de novas luzes para caminhos obscuros e mascarados da sociedade. E, assim, a escola possa promover um futuro norteador e sadio aos seus educandos.

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRASIL. **Lei 9.394**, de 23 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- CARVALHO, J. S. F. Sobre o conceito de formação. **Revista Educação**. Ed. 137. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=12511>> Acesso em: 21 set. 2008.
- FACCI, Marilda G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.
- GARCÍA, Marcelo C. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Portugal: Porto Editora, 1999.
- GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (Org.). **Formação de professores para o ensino fundamental: Estudo de Currículos das Literaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas**. Textos FCC, São Paulo, v. 29, 2009.155p.
- IMBERNON, Francisco. **Escola, Formação de Professores e Qualidade do Ensino**. Pinhais. Editora Melo, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. São Paulo: Alternativa, 2004.

MEDINA, Antonio; Dominguez, Maria Concepcion. **La formación del profesorado en una sociedad tecnológica.** Madrid: Cincel, 1989.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: identidade e saberes da docência.** In: \_\_\_\_\_. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009a. p.15- 34.

RIBEIRO JÚNIOR, João. *A Formação Pedagógica do Professor de Direito.* Campinas-SP: Papyrus, 2001.